



# O NOVO ARCABOUÇO FISCAL

Por: **RAPHAEL GALANTE**

Conforme aprendemos na faculdade de administração e/ou economia, a regra fiscal é uma restrição duradoura à política fiscal, através de limites numéricos sobre o orçamento. Em linhas gerais, as regras fiscais visam corrigir incentivos distorcidos e conter pressões para gastar demais. Principalmente quando vivemos um período de bonança, de modo a garantir a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade da dívida.

Exemplificando, imagine você, Concessionário Toyota: os anos de 2021 e 2022 foram excelentes para a maioria das Concessionárias, mas isso foi um “acaso” não a realidade do nosso negócio ao longo prazo, basta ver como está sendo este ano... Então, a regra fiscal serviria para dizer a você ao final de 2022, o quanto você poderia gastar e/ou investir a mais na

sua operação nos anos subsequentes, independentemente se você poderia gastar/investir muito mais que o estipulado. A regra fiscal para você serviria para manter a sua saúde financeira e a perenidade do seu negócio ao longo do tempo.

Quando falamos de governos, em geral, as regras fiscais deveriam ter uma periodicidade de longo prazo não modificada a cada troca de governo. A última alteração foi feita no governo do Michel Temer (o teto dos gastos – em 2017) e deveria durar 20 anos.

Alterações nas regras (em qualquer regra) gera “insegurança jurídica” o que dificulta (encarece) a tomada de recursos e a realização de investimentos.

Mas, o atual governo (aproveitando o que o setor automotivo sempre faz) decidiu fazer um “face-lifting” na regra fiscal.

A nova regra fiscal é um limite de despesas nos moldes do teto de gastos vigente. A principal diferença entre as duas regras reside no fato de que o teto atual não prevê a possibilidade de um crescimento real da despesa, enquanto a proposta do governo vincula o crescimento da despesa a 70% do crescimento da receita, com limite inferior de variação de 0,6% e superior de 2,5%.

A construção do limite de gastos proposto pelo governo também difere do teto de gastos. A regra vigente determina que, a partir de um determinado patamar de despesas obrigatórias em relação às despesas totais, uma série de gatilhos – medidas de correção automática – devem ser acionados para que o crescimento dessas despesas seja reduzido, o que permite que a regra se sustente por mais tempo. A proposta do governo não possui mecanismos de correção, logo se houver um crescimento maior das despesas obrigatórias será necessário cortar gastos de custeio (já que os investimentos também possuem um piso obrigatório).

Na proposta apresentada formalmente pelo governo, há um enfraquecimento desse arcabouço: as metas continuam tendo caráter obrigatório apenas para o primeiro ano, mas agora admite-se o cumprimento dentro de uma banda simétrica de 0,25 pp do PIB. Já a punição pelo não atingimento dessa meta passa a ser apenas uma carta do Presidente da República ao Congresso explicando as razões do descumprimento e as medidas a serem tomadas para correção, além de uma redução do crescimento das despesas para 50% do crescimento das receitas, mas que se aplica apenas ao exercício e não afeta o cálculo do limite de despesas nos anos seguintes. Ou seja, não se trata de um mecanismo de correção da trajetória das finanças públicas no médio prazo.

O que percebemos é que essas medidas possuem um caráter mais populista. Uma política de reajuste de salário-mínimo acima da inflação, a volta da vinculação dos mínimos de saúde e educação a receitas e aumentos de gastos com pessoal. Todas essas medidas geram pressões sobre as despesas que podem inviabilizar a nova regra fiscal nos próximos anos.

De fato, estimativas das mais renomadas consultorias já apontam para um furo da regra já em 2025/26.

Segundo estudo realizado pelo IFI (Instituição Fiscal independente – ligado ao Senado Federal) a regra atual só seria plenamente alcançada se voltarmos a apresentar o crescimento médio real de 6,5% como o que ocorreu no período de 2000 até 2009. Fora isso em todos os outros cenários apresentados o resultado primário não é cumprido.

O que SEMPRE recomendamos para as empresas (que também se aplica ao governo) é a importância de continuar com uma agenda de reformas pelo lado da despesa e, se criar ferramentas que permita antecipar rupturas no limite de despesas (como o orçamento de médio prazo) e corrigir desvios (por meio da revisão de gastos).

O atual governo vem atuando fortemente para ampliar a arrecadação sob a alegação de “corrigir distorções”. Medidas como a reforma da tributação sobre o consumo e a renda serão alguns dos instrumentos que serão aplicados pelo governo para atingir esse objetivo. Mas, é preciso ir além e retomar a agenda de ajustes nas despesas, com a realização de uma reforma administrativa para reduzir custos e aumentar a produtividade do setor público e uma revisão dos programas sociais (mais assertivos) gerando a diminuição de custos administrativos.

Apesar do novo arcabouço fiscal não ser umânime, vale salientar que já estamos vivenciando melhoras no ambiente econômico brasileiro! O câmbio que no começo do ano era cotado na ordem US\$ 1,00 = R\$ 5,26; caiu para R\$ 4,81, uma queda de quase 9%. Um câmbio mais favorável para nós, refletirá numa desaceleração da temível inflação e redução nos preços de alguns insumos do nosso dia a dia. Nesta última semana tivemos a revisão da nota de crédito para a economia brasileira, mas ainda falta um árduo caminho para voltarmos a ter o investment grade.

Se o cenário econômico se encontra numa trajetória turbulenta, o mesmo não se aplica para a Toyota no Brasil. Apesar de todos os pesares, a Toyota se consolidou de vez como a quarta marca mais desejada do mercado brasileiro com market share de 10%. Se excluirmos as vendas diretas (que considera o mercado de locadoras, por exemplo) a Toyota entra no TOP3, do mercado brasileiro atrás apenas da Fiat e da GM. 🇧🇷

---

**Raphael Galante é colunista, consultor, economista e palestrante, atuando há mais de 20 anos no setor automotivo.**

As colunas mantidas pela ABRADIT NEWS têm por objetivo trazer diferentes pontos de vista e informações aos executivos da Rede. As opiniões são de responsabilidade dos articulistas, não refletindo necessariamente o posicionamento da Associação ou da Rede Toyota do Brasil.